

IX Seminário de Pesquisas FESPSP - “Desafios da pandemia:
agenda para as Ciências Sociais Aplicadas”.
De 09 a 13 de novembro de 2020
GT#13 - Catalogação e metadados para o patrimônio cultural

LIBRARY REFERENCE MODEL (IFLA-LRM): O MODELO CONCEITUAL PARA BIBLIOTECAS

Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli, FESP-SP¹
José Fernando Modesto da Silva, ECA/USP²

Resumo: Quase duas décadas após o surgimento do modelo Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR), publicado em 1998, o universo bibliográfico apresenta um novo modelo, o Library Reference Model (IFLA-LRM), publicado em 2017. Sua proposta é agregar os modelos: FRBR; o Functional Requirements for Authority Data (FRAD), publicado em 2009; e o Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD), publicado em 2010. A International Federation of Library Associations, principal órgão produtor de modelos e diretrizes que norteiam as práticas bibliotecárias considerou que tal unificação era necessária pois os modelos apresentavam divergências conceituais e abordagens que se contrapunham, o que não era de se estranhar, tendo em vista que foram elaborados por grupos diferentes em momentos diferentes. Este artigo busca elucidar os principais elementos que compõem o IFLA-LRM e suas relações com os modelos que serviram de base para o seu desenvolvimento. A pesquisa é de caráter exploratório e foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica. Constata-se que as alterações trazidas pelo modelo apresentam avanços em relação ao entendimento das relações entre as entidades, porém não dispensam a reflexão sobre definições e conceitos alterados. Ademais, em geral, os diversos padrões da IFLA para a descrição e divulgação de conteúdos exercem mútua influência entre si, e estão em constantes transformações que se mostram complexas e de difícil assimilação, para não mencionar sobreposições que podem ocorrer, tais quais ocorreram com os modelos da família FR.

Palavras-Chave: Catalogação bibliográfica. IFLA-LRM. Modelos conceituais para descrição. Padrões de catalogação. IFLA.

1 Introdução

A biblioteconomia moderna do Século XIX lançou bases conceituais importantes para o desenvolvimento da área, sobretudo no que diz respeito à formulação de regras. Personalidades como Sir Anthony Panizzi, Charles Coffin Jewett, Charles Dewey, dentre outros, foram pioneiros na sistematização do pensamento catalográfico da época. Na virada do século XIX e na primeiras décadas

¹ Doutoranda do PPGC\ECA\USP

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGC\ECA\USP,

do século XX, além de ocorrerem a institucionalização de associações profissionais, também foram desenvolvidas normas emblemáticas para a área, dentre as quais citamos as Instruções Prussianas (1899), Instrucciones para la redacción de los catálogos em las Bibliotecas publicas del estado (Espanha, 1902), American Library Association (1908), Regole Italiane (1911), Código da Vaticana (1931). (GARRIDO ARILLA, 1996).

O surgimento da International Federation of Library Associations (IFLA) em 1927 é uma das manifestações mais concretas do desejo de internacionalização da profissão. Ranganathan nos atenta para a questão do eurocentrismo que aparece em suas origens. O autor afirma que “em suas propostas e ações a antiga visão de que o “internacional” na IFLA se resume à Europa Ocidental e à América do Norte persiste” (1954, p. 1983), embora a Ásia, Europa Oriental, África e América do Sul tenham despertado para um desenvolvimento pós-guerra. Embora não seja o foco dessa pesquisa essa característica perdura até os dias de hoje, conforme mencionaremos no tópico sobre o IFLA Library Reference Model (IFLA-LRM), desenvolvido por uma equipe de profissionais oriundos da Europa e Estados Unidos, em sua maioria.

Com o final da II Segunda Guerra Mundial as bibliotecas nacionais deram início à publicação de suas bibliografias nacionais, elaboradas a partir das obras recebidas em depósito legal (IFLA, 1963, p. 17). Tais práticas, impulsionaram as discussões em torno da padronização da descrição visando aos catálogos coletivos, uma das formas de cooperação mais comuns na época.

Porém foi a partir da última metade do século XX que transformações significativas profundas no panorama da catalogação bibliográfica puderam ser observadas. Nesse momento as discussões se deram sobretudo nas avaliações das regras e normas de catalogação propriamente ditas. Mais especificamente, havia uma crítica em relação à tendência de as normas conterem regras específicas que não apresentavam coerência ou princípios elucidativos. Havia um grupo interessado em simplificar ao máximo as regras, para pagar baixos salários aos profissionais ao passo que outro preferiria que os catalogadores pudessem se deparar algo mais do que uma catalogação “rica em regras e pobre em princípios”, e que pudesse ser executada sem julgamento por parte do bibliotecário (LUBETZKY, 1953a).

O Código da ALA ([American Library Association](#)), publicado em 1949, foi analisado por Lubetzky, a pedido da Library of Congress de modo a elencar as questões que emergiram após a publicação do referido código. As ideias

apresentadas pelo autor, que incluíam dentre outras coisas a “substituição de nossas muitas detalhadas regras por princípios básicos e regras gerais.” (LUBETZKY, 1953b, p. 64).

A Conferência sobre Princípios de Catalogação (1961), realizada pela IFLA deu origem ao que ficou conhecido como os Princípios de Paris. O evento foi considerado um sucesso justamente por ter definido uma série de princípios de catalogação que tinham dentre outros, o objetivo de normalizar as entradas e cabeçalhos das fichas (IFLA, 1963). Dentre as diversas discussões, citamos a [manifestação de Seymour Lubetzky ao argumentar](#) que a entrada principal deveria se dar pelo autor, ao passo que Eva Verona defendeu que deveria ser feita sob o título original. Contudo, “nenhum deles chamou a atenção para o fato de que a distinção entre a obra e uma publicação é algo considerado em grande parte irreal” (JOLLEY, 1963, p. 52). Tal questão foi elucidada nos Functional Requirements of Bibliographic Records (FRBR), que citaremos mais adiante.

Garrido Arrila afirma que a “influência da Conferência foi tal que provocou a revisão das regras de catalogação europeias, americanas e japonesas” (1993, p, 108). Cabe destacar que, em 2009, foi publicada a Declaração Internacional de Princípios de Catalogação, em substituição aos Princípios de Paris, focado nos catálogos de bibliotecas.

No final da década de 1960, ocorreu a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague (1969), de onde surgiram as ideias que embasaram a Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD) e que atestam as mudanças ou [revisões](#) que estavam em curso.

As décadas de 1970/80 assistiram à proliferação dos catálogos online, os Online Public Catalogs (OPAC). Com eles houve um salto qualitativo em relação aos terminais dos anos 1960 e os usuários [passam a poder](#) consultar os acervos de forma direta e com mais recursos (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 155). Conforme apontado por Gorman “os sistemas online devem ser mais responsivos às necessidades dos usuários do que a ficha catalográfica e vão permitir muitos outros meios para obtenção da informação que está mantida no sistema” (1986, p. 4). Outras características que os diferenciam dos predecessores são a quantidade de informação que possuem além de estarem disponíveis em tempo maior para o usuário.

Diante desse cenário, foi realizado em 1990 o Seminar on Bibliographic Records, em Estocolmo, [oportunidade em que se estabeleceu](#) um grupo destinado a

estudar a estrutura do registro bibliográfico em relação à variedade de necessidades dos usuários e a variedade de tipologias de documentos (DENTON, 1998, p. 50). Desde a publicação do relatório final dos Functional Requirements of Bibliographic Records (FRBR) em 1998, ocorreram impactos nos padrões e normas para a catalogação e metadados descritivos. De acordo com Maxwell (2008) o FRBR se considera uma culminância da própria tradição catalográfica iniciada no século XIX, passando pelos Princípios de Paris, as ISBD e todos os códigos posteriores. Deste modo percebe-se que o debate centrado nas regras se desloca efetivamente para os modelos conceituais e bases teóricas da catalogação.

A estruturação das práticas e teorias sobre as quais, reestruturadas a partir dos FRBR, nos sugerem pensar a partir dos conceitos do modelo ao mesmo tempo em que nossos catálogos ainda se apresentam sobre fundamentos construídos antes dos FRBR. Além disso há que se considerar que a catalogação não é mais aplicável apenas às bibliotecas, mas sim às outras instituições que compartilham as mesmas necessidades de organização da informação (BIANCHINI, GUERINI, 2009).

Outro conceito importante surgido no período foi a web semântica proposta por Tim Berners Lee (1998, p. 1) a qual estava mais voltada para a questão do desenvolvimento de linguagens para expressar informação de tal forma que possa ser processada por máquinas, do que à questão da inteligência artificial e dos necessários treinamentos para que os computadores pudessem imitar os comportamentos dos humanos.

Para Marcondes a Web Semântica e suas tecnologias, como os dados abertos interligados, por exemplo, trazem novas possibilidades de interoperabilidade entre os acervos digitais disponíveis na Web (2016, p. 64), e dentre elas está a representação por triplas, ou Resource Framework Description (RDF).

O modelo Bibframe ([Bibliographic Framework Initiative](#)), substituto do MARC21 representa o início de uma nova era para a descrição bibliográfica, “a qual acontece na web, dentro da web e é parte dela e do mundo em rede que vivemos” (MÜLLER et. Al, 2012, p. 3). Ele incorpora elementos da Web semântica e abre portas para a interoperabilidade na Web.

2 A Família FR

Conforme mencionado anteriormente as origens de formação do modelo FRBR residem no evento realizado pelo IFLA Universal Bibliographic Control and International MARC Programme, em 1990. Dentre as diversas resoluções destaca-se a questão do estudo das “funções do registro bibliográfico, com especial atenção para as necessidades do usuário” (MAXWELL, 2008). Surge a ideia do primeiro modelo para o universo bibliográfico: o FRBR.

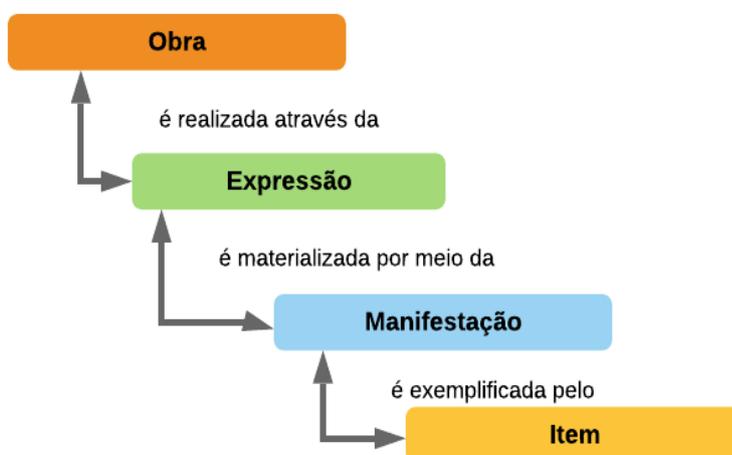
2.1 FRBR

De acordo com o Relatório Final elaborado pelo IFLA Study Group on The Functional Requirements for Bibliographic Records o objetivo do estudo era:

produzir uma estrutura que fornecesse uma compreensão clara, expressa com precisão e comumente compartilhada de que informações o registro bibliográfico visa fornecer e o que esperamos que o registro alcance em termos de atender às necessidades do usuário (IFLA, 2008, p. 2).

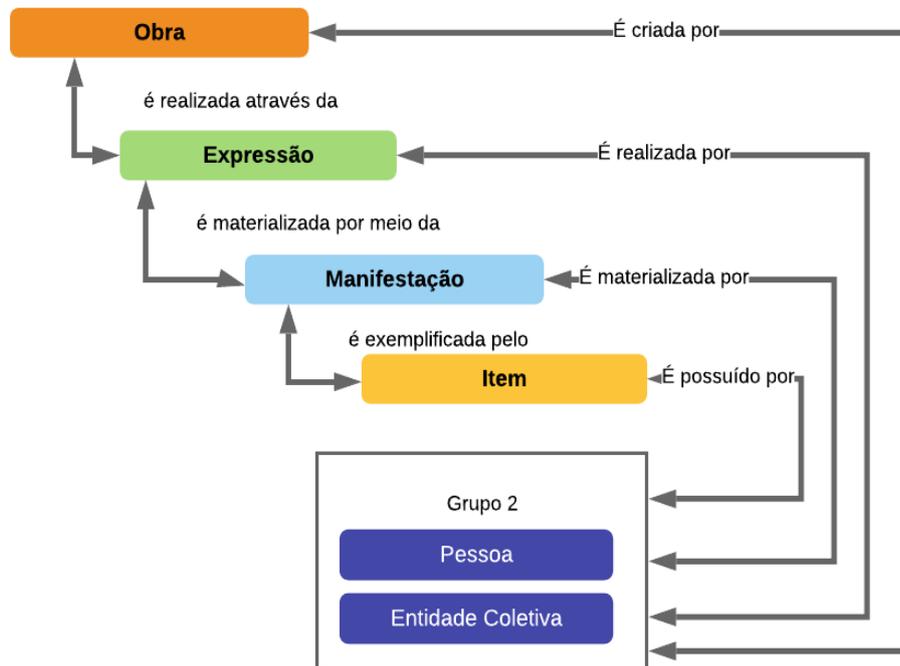
Trata-se de modelo baseado no Modelo Conceitual E-R – Entidade relacionamento, proposto por Chen (2002). As entidades e atributos de entidades foram baseadas no que se acreditava ser de maior interesse para o universo bibliográfico. O modelo se divide em 3 grupos descritos nas Figuras 1-3.

Figura 1 - Entidades do FRBR - Grupo 1



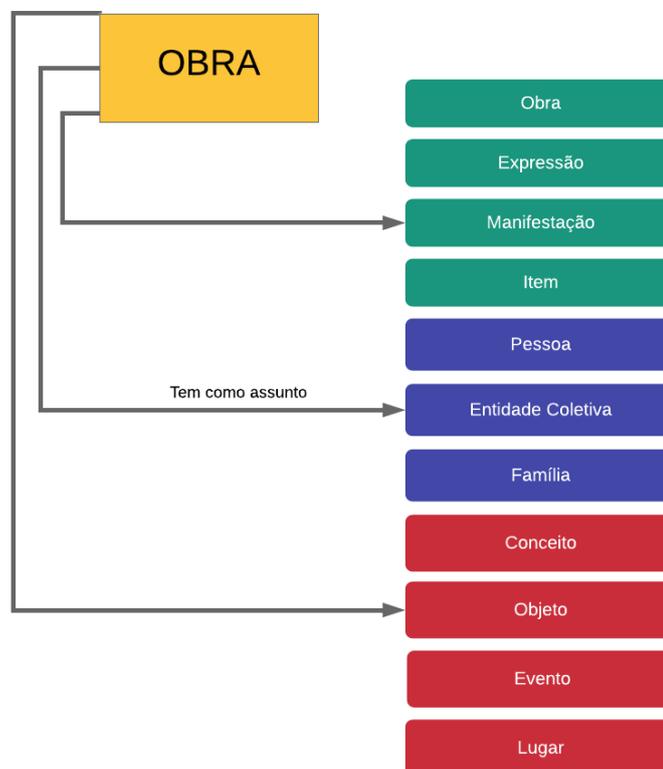
Fonte: Adaptado de IFLA (1998, p. 14).

Figura 2 - Entidades do FRBR - Grupo 2



Fonte: Adaptado de IFLA (1998, p. 15).

Figura 3 - Entidades do FRBR - Grupo 3



Fonte: Adaptado de IFLA (1998, p. 15).

Para Picco (2009) identificar a entidade obra se tornou um elemento importante no processo de catalogação, tal como Lubetzky e Verona já haviam sinalizado. Nesse sentido o FRBR trouxe à luz um olhar, que se não era novo no conceito, era novidade para catalogação, que segundo o modelo deve ser focada nas tarefas do usuário além de abarcar as relações entre as entidades do universo bibliográfico.

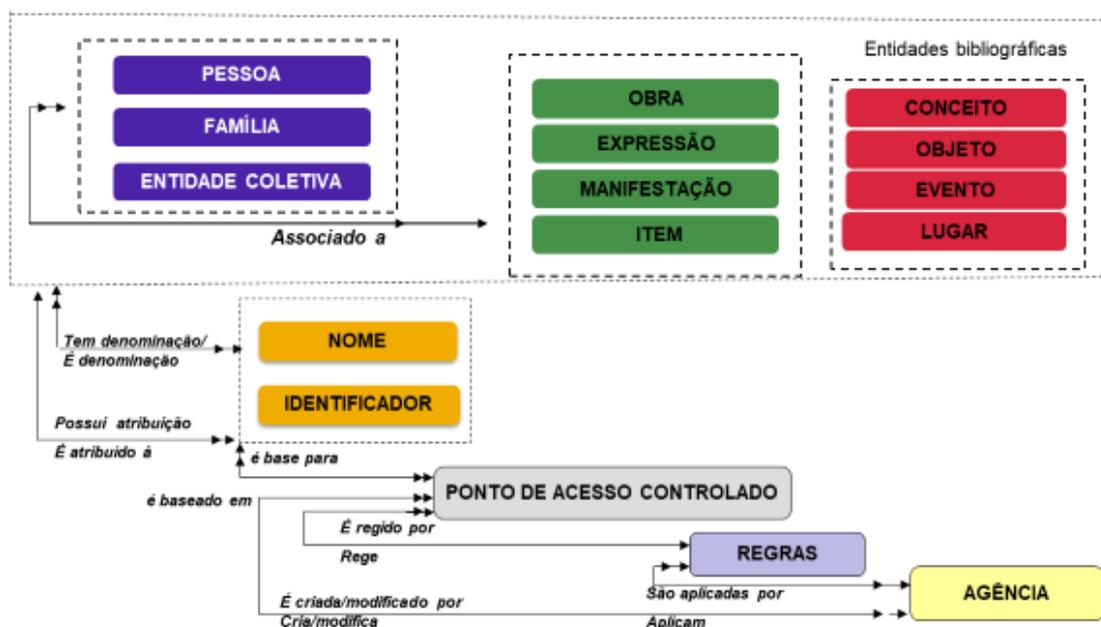
Depois de seu surgimento o FRBR foi alvo de diversos estudos. O modelo trazia uma perspectiva de que catálogos mais arrojados poderiam ser desenvolvidos. Segundo Dickey (2008, p. 27) ele “oferece uma opção de visualização em um OPAC renovado que é ao mesmo tempo mais simples do que uma lista de resultados, e mais elegante em seu reflexo de parentesco entre os itens. O’Neill (2008) afirma que a aplicação do FRBR no WorldCat evidenciou uma série de inconsistências no catálogo. Por outro lado, uma das críticas ao modelo foi justamente a falta de estudos de usuários mencionada por Pisanski e Zummer (2009).

Seja como for o modelo mostrou que veio para ficar e a ele se sucederam o Functional Requirements for Authority Data (FRAD) em 2009, e o Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD) em 2010.

2.2 FRAD

O FRAD foi desenvolvido a partir da necessidade apontada no relatório final do modelo FRBR o qual não abrangeu atributos e relacionamentos “normalmente refletidos nos registros de autoridade”, sendo necessária, portanto, a criação de um modelo que complementasse as informações sobre essas entidades, atributos e relacionamentos de autoridade. (IFLA, 2008, p. 4). Deste modo, já em 1999 foi formado Grupo de trabalho Functional Requirements And Numbering of Authority Records (FRANAR).

Figura 4 - Entidades do FRAD e relações com entidades bibliográficas



Fonte: Adaptado de IFLA (2009, p. 7).

O FRAD não abrangeu as autoridades relacionadas aos assuntos dos registros bibliográficos, sendo necessário um novo modelo para abarcar essa questão, o FRSAD.

2.3 FRSAD

O FRSAD foi elaborado por um grupo formado especialmente com o objetivo e elencar os atributos e relacionamentos das autoridades de assuntos, o Functional Requirements for Subject Authority Records (IFLA, 2010). Ele foi elaborado a partir do Grupo 3 do FRBR. Segundo Melo e Brascher (2014):

O foco do modelo FRSAD é a modelagem das entidades que representam tematicamente uma obra sob o ponto de vista dos usuários, de forma independente de qualquer domínio do conhecimento, sistema de organização do conhecimento ou aplicação em contexto específico, a fim de promover o uso e o compartilhamento internacional dos dados de autoridade assunto.

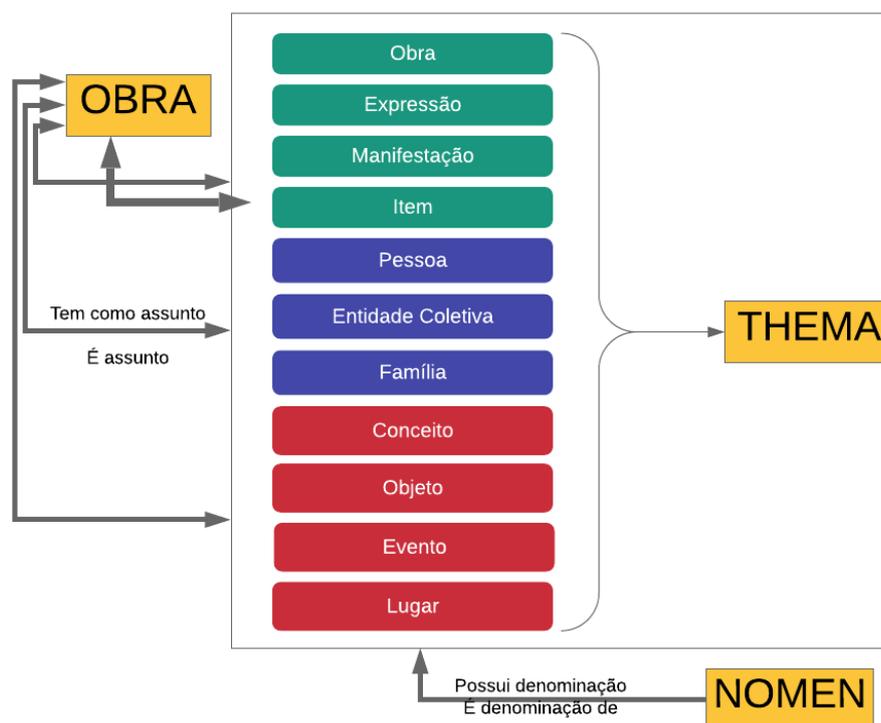
Inicialmente o grupo pretendia aprimorar as entidades já relacionadas no FRBR. Porém, no decorrer do processo concluíram que o ideal seria a criação de um novo modelo.

Para Zeng e Zûmmer (2010b, p. 3):

nessa estrutura todos os pontos de acesso controlados relacionados a todos os três grupos de entidades (conforme definido pelo Modelo conceitual FRBR) têm potencial para ser o tópico de uma obra. Em outras palavras, todos os As entidades dos grupos 1, 2 e 3 podem ter uma relação de “sujeito da” com a obra.

Elencamos na Figura 4 as entidades do FRSAD.

Figura 4 – Entidades do FRSAD



Fonte: Adaptado de IFLA (2010, p. 15).

De acordo com Žumer (2018) os três modelos foram desenvolvidos em períodos diferentes e por diferentes grupos, o que conseqüentemente resultou em divergências entre elementos e abordagens conceituais. Tais diferenças dificultavam a modelagem de tornando-se necessária a harmonização dos três modelos em padrão único que fosse capaz de abarcar as facetas do universo bibliográfico. Deste modo foi constituído um grupo que seria responsável pelo estudo dos modelos e pela elaboração de um modelo que pudesse harmonizar e consolidar as propostas dos anteriores, o qual foi publicado em 2017 sob o nome de o IFLA Library Reference Model (IFLA-LRM), descrito a seguir.

3 IFLA-LRM: um modelo unificado

O IFLA-LRM provê um único modelo harmonizado, que buscou eliminar divergências que pudessem se tornar impedimentos para sua implementação (RIVA, ŽUMER, 2017). O nome do modelo já indica que ele se propõe a ser um “modelo de referência”, ao contrário dos antecessores que foram desenvolvidos para dados específicos do campo de biblioteconomia.

Trata-se de um modelo conceitual de alto nível, hierárquico e com foco nas tarefas do usuário. As entidades são estruturadas de modo a permitir a organização hierárquica, pois elas são vistas como tipo ou subclasses de entidades mais gerais, o que é expresso por meio da utilização da estrutura “isA”. (RIVA, 2018, p. 11), conforme pode ser visto no Quadro 2.

Quadro 2 - Hierarquia das entidades

Nível Superior	Segundo Nível	Terceiro nível
LRM-E1 Res		
--	LRM-E2 Obra	
--	LRM-E3 Expressão	
--	LRM-E4 Manifestação	
--	LRM-E5 Item	
--	LRM-E6 Agente	
--	--	LRM-E7 Pessoa
--	--	LRM-E8 Agente Coletivo
--	LRM-E9 Nomen	
--	LRM-E10 Lugar	
--	LRM-E11 Intervalo de tempo	

Fonte: IFLA (2020, p. 18).

O modelo abrange dados bibliográficos e dados de autoridade, pois ele “não faz distinção entre dados tradicionalmente armazenados em registros bibliográficos ou de coleções e dados tradicionalmente armazenados em registros de autoridade de nome ou assunto” e abrange dados bibliográficos e dados de autoridade. (IFLA, 2020, p. 9).

As mudanças realizadas no processo de consolidação dos três modelos em um único são mais do que uma mera síntese: alterações profundas foram realizadas, seja em relação às tarefas do usuário ou em relação às tecnologias (BIANCHINI, 2017). A questão da hierarquia aproxima o modelo das propostas da web semântica.

Destaque-se que, resumidamente, em relação à família FR, o LRM apresenta as atribuições do usuário divididas em cinco funções: localizar, identificar, selecionar, obter e explorar, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo das tarefas do usuário

Encontrar	Reunir informações sobre um ou mais recursos de interesse pesquisando sobre qualquer critério relevante
Identificar	Compreender claramente a natureza dos recursos encontrados e distinguir entre recursos semelhantes
Selecionar	Determinar a adequação dos recursos encontrados e aceitar ou rejeitar recursos específicos
Obter	Acessar o conteúdo do recurso
Explorar	Descobrir recursos utilizando os relacionamentos entre eles e, assim, contextualizá-los

Fonte: IFLA (2020, P. 15).

As primeiras quatro funções são consideradas generalizações das quatro funções do FRBR, denominadas da mesma forma que no modelo FRBR (IFLA 2016, 1). Considera-se generalizações, por exemplo, no caso da função “encontrar” que inclui função respectiva nos FRBR, FRAD e FRSAD; e a função “selecionar” que inclui a função relativa no FRBR e FRSAD. A função “explorar”, relativa a "descobrir recursos usando as relações entre eles e, assim, colocar os recursos em um contexto" é vinculada à função navegar (RIVA, LE BOEUF, ŽUMER 2017, p. 14). Esta função do IFLA LRM reconhece a importância da serendipidade na busca por informações e percebe isso tornando os relacionamentos explícitos e fornecendo informações contextuais. A redução de importância para as funções de contextualização e justificativa presentes no FRAD tem a finalidade de realçar a atenção para a categoria decididamente mais ampla de usuários a quem o modelo é dirigido, ou seja, os usuários finais do sistema e não os intermediários (as agências que criam os dados) (BIANCHINI, 2017).

Outro ponto de destaque é a questão das entidades. Algumas foram suprimidas, outras modificadas. “Nos modelos entidade-relacionamento, as entidades

definem a estrutura do modelo e funcionam como nós, ao passo que os relacionamentos conectam as entidades entre si” (IFLA, 2020, p. 18).

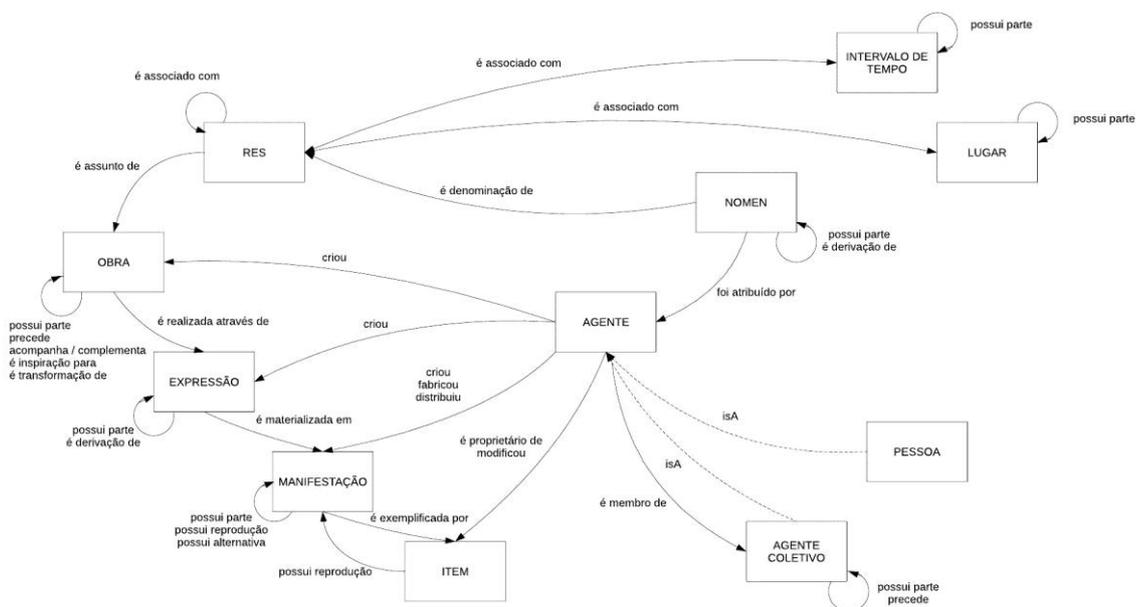
As alterações podem ser visualizadas detalhadamente no documento denominado Transition Maps³. Neste artigo iremos abordar 2 entidades: *Res* e *Nomen*.

A entidade *Res* é derivada da entidade *Thema* do FRSAD e se constitui na “superclasse” de todas as entidades do modelo (ZUMMER, 2018, p. 313). A partir dela se estabelecem todos os relacionamentos entre as outras entidades.

A entidade *Nomen* “é certamente a entidade mais abstrata de todas” (RIVA, 2018, p. 15). Oriunda da junção da entidade *Nome* do FRAD e da entidade *Nomen* do FRSAD, ela representa uma associação entre a *Res* e os nomes pelos quais ela pode ser conhecida ou referida, a partir daí essa associação se transforma no *Nomen*.

A estruturação hierárquica do modelo trouxe benefícios para elaboração dos atributos das entidades e para a maior compreensão dos dados bibliográficos e de autoridade, conforme pode ser visualizado na Figura 5 que traz o modelo completo.

Figura 5 – IFLA-LRM



Fonte: IFLA (2020, p. 89)

³ https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-lrm/transitionmapping_20160225.pdf

Em geral os padrões desenvolvidos pela IFLA têm exercido influência mútua entre si. A atualização da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2016) impactou na revisão das normas para Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD), em fase de revisão desde 2018. (ESCOLANO RODRÍGUEZ, GALEFFI, MCGARRY, 2018). E o IFLA-LRM causou nova revisão na Declaração (2017).

Riva e ŽUMER (2017) afirmam que o comitê responsável pelo desenvolvimento e manutenção do Resource Description and Access (RDA), que substituiu o Anglo American Cataloguing Rules (AACR2), decidiu atualizar o RDA às alterações propostas, evidenciando a importância do modelo.

4 Considerações finais

Cabe retomar o pensamento de Ranganathan em relação à própria IFLA quando afirmou ser ela uma instituição pautada em ideias oriundas da Europa Ocidental e América do Norte e nos questionarmos: será o IFLA-LRM reflexo desse pensamento? Considerando que o FRBR Review Group possui, em sua maior parte, membros da Europa (Ocidental e Oriental) e Estados Unidos e que o processo de elaboração da proposta não contou com a participação de países da América Latina, por exemplo, quais serão os impactos desse fato nos estudos sobre os modelos?

O modelo FRBR causou impacto quando surgiu, e o mesmo ocorre com o IFLA-LRM. A IFLA tem propiciado discussões em âmbito internacional de forma a ampliar seu alcance. Se por um lado os manifestos da IFLA, por exemplo, e outros documentos têm sido traduzidos para o português de modo mais sistemático, o mesmo não pode ser dito dos documentos relacionados às normas e padrões. A Declaração foi traduzida apenas recentemente, e está em curso uma tradução do LRM. Porém, a simples tradução não trará elementos suficientes para o entendimento do que parece ser as bases para a catalogação no Século XXI. Serão necessários estudos, reflexões e mudanças de paradigmas no pensar catalográfico. As tecnologias, amplamente utilizadas em tempos de pandemia já estão transformando nossos modos de uso e consumo de informação e a catalogação deve estar no centro desse processo.

Referências

BIANCHINI, Carlo. Osservazioni sul modello IFLA Library Reference Model. **JLIS.it**, vol. 8, n. 3, p. 86-99, September 2017. doi: 10.4403/jlis.it-12416

BIANCHINI, Carlo. Remarks about IFLA Library Reference Model. **JLIS.it**, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 86-99, sep. 2017. ISSN 2038-1026. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/12416/11291>. Acesso em 12 set. 2020.

BIANCHINI, Carlo, GUERRINI, Mauro Guerrini. From bibliographic models to cataloging rules: remarks on FRBR, ICP, ISBD, and RDA and the relationships between them. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 47, n. 2, p. 105-124.

CHEN, Peter. Entity-relationship modeling: historical events, future trends, and lessons learned. In: BROY, Manfred; DENERT, Ernst (Ed.). **Software pioneers**. Berlin, Heidelberg, 2002. p. 296-310

DENTON, William. FRBR and the history of cataloging. In: TAYLOR, A. G. (Ed.). **Understanding FRBR: what it is and how it will affect our retrieval tools**. Westport, CT: LU, 2007.

DICKEY, Timothy J. FRBRization of a library catalog: better collocation of records, leading to enhanced search, retrieval, and display. **Information Technology and Libraries**, v. 27, n. 1, p. 23-32, 2008.

ESCOLANO RODRÍGUEZ, Elena; GALEFFI, Agnese; MCGARRY, Dorothy. Mutual influence among IFLA standards. The ICP case. 2017. Disponível em: <http://library.ifla.org/2207/1/074-escolano-en.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Editorial Síntesis, 1996.

GORMAN, Michael. Linking the unlinkable. In: CLINIC ON LIBRARY APPLICATIONS OF DATA PROCESSING, 23., 1987, Urbana-Champaign, **Anais [...]**. Urbana-Champaign: F.W. Lancaster, 1987. p. 2-8.

IFLA. **Libraries in the World**: a long term programme for IFLA. 1963.

IFLA. FRBR Review Group. **IFLA Library Reference Model**: um modelo conceitual para a informação bibliográfica. The Hague: IFLA, 2020.

IFLA. WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS. **Functional Requirements for Authority Data**: a conceptual model. The Hague: IFLA, 2009.

IFLA WORKING GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR SUBJECT AUTHORITY RECORDS. **Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**: a conceptual model. Berlin: IFLA, 2010. Disponível em: <http://www.ifla.org/node/1297> . Acesso em: 10 nov. 2020.

IFLA. STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS. **Functional requirements for bibliographic records: final report**. München: K. G. Saur, 1998. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf. Acesso: 08 dez. 2019.

JOLLEY, Leonard. International conference on cataloguing principles ii. Thoughts after Paris. **Journal of Documentation**, p. 47-62, jun.1963.

LUBETZKY, Seymour. Development of Cataloging Rules. **Library Trends**, v.2, n. 2, p. 179-186, Fall 1953a.

LUBETZKY, Seymour. **Cataloging rules and principles**. Washington: Library of Congress, 1953b.

MAXWELL Robert. **FRBR: A Guide for the Perplexed**. Chicago: ALA, 2008.

O'NEILL, Edward T. The impact of research on the development of FRBR. **Understanding FRBR: what it is and how it will affect our retrieval tools**, 2007. p. 59-72.

PISANSKI, Jan; ŽUMER, Maja. Mental models of the bibliographic universe. Part 1: mental models of descriptions. **Journal of documentation**, 2010.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. IFLA: what it should be and do. **Libri**, v, 5, n. 2, p. 182-189, 1954.

RIVA, Pat; LE BOUEF, Patrick; ZUMER, Maja. **Transition mappings**: user tasks, entities, attributes, and relationships in FRBR, FRAD, and FRSAD mapped to their equivalents in the IFLA Library Reference Model. 2017. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/11412>. Acesso em 10 nov. 2020.

ZENG, Marcia; Žumer, Maja. Introducing FRSAD and Mapping it with SKOS and other models. **International cataloguing and bibliographic control**, v. 39, p. 23-27, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228580967_Introducing_FRSAD_and_Mapping_it_with_SKOS_and_other_models. Acesso em 10 nov. 2020.

ŽUMER, Maja. IFLA Library Reference Model (IFLA LRM): Harmonisation of the FRBR Family. **Knowledge Organization**, v. 45, n. 4, p. 310-318, 2018. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko_45_2018_4_e.pdf. Acesso em 10 nov. 2020.

ŽUMER, Maja; RIVA, Pat. IFLA LRM-finally here. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DUBLIN CORE AND METADATA APPLICATIONS, 2017, Washington DC. **Anais [...]**. p. 13-23 Disponível em: <https://dcpapers.dublincore.org/pubs/article/download/3852/2037>. Acesso em 10 nov. 2020.